

Escolas podem encerrar o locaute amanhã

As escolas particulares do Distrito Federal, com atividades suspensas desde sexta-feira, podem reiniciar as aulas a partir de amanhã. O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe/DF), Jaime Zveiter, vai apresentar, em assembleia marcada para o início da noite de hoje, apelo do governador Joaquim Roriz para retorno imediato ao trabalho em troca do empenho de GDF para solucionar a questão.

O governador se comprometeu a analisar a questão com o Conselho de Educação e a secretária de Educação, Josephina Baiocchi, além de fazer gestões junto à Justiça Federal no sentido de explicitar melhor o teor da liminar que estabeleceu o teto de 144,06% para o reajuste de mensalidades de janeiro a julho.

No entender do consultor jurídico do Distrito Federal, José Milton Ferreira, o Conselho de Educação tem poder para rever individualmente as mensalidades. Esta permissão, segundo José Milton, está embutida na própria liminar que limitou o reajuste de preços em 144,06% no primeiro semestre, ao invocar o Decreto-lei 532, que dá responsabilidade aos conselhos estaduais para estabelecerem o índice mensal de reajuste dos preços.

Em detalhe

José Milton adiantou que o governador pretende ainda procurar o juiz João Batista de Almeida para pedir uma rápida resposta à solicitação do Sinepe de maior detalhamento da liminar. "O Sindicato de São Paulo fez uma consulta semelhante e obteve resposta", lembrou José Milton. Ele afirmou também que o Conselho de Educação do DF tem condições de fazer um

Liminar é o que vale, afirma juiz

A liminar da 3ª Vara da Justiça Federal, que limita o reajuste das mensalidades escolares em 144,06% para o período de janeiro a julho, é que deve ser cumprida. O esclarecimento foi feito, ontem, pelo juiz que concedeu a liminar, Sebastião Fagundes de Deus.

Também o conselheiro do Conselho de Educação do DF, Carlos Fernando Matias, se posicionou sobre o assunto. "No momento em que o Judiciário optou pela liminar, ela suspende, até que seja julgada a ação, as demais leis", explicou Carlos, que também pertence à Procuradoria Geral do Distrito Federal. Ele esclareceu ainda que essa posição do Judiciário é garantida pela Constituição, no inciso XXXV do artigo 5º, que diz: "A lei não exclui a apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Demora

O julgamento do mérito da liminar que suspendeu o regime de liberdade vigiada para as mensalidades escolares, pelo juiz Sebastião Fagundes, ainda não tem data marcada e sequer há prazo para ser efetuado. "Ainda está sendo feito o questionamento e a apreciação da ação", explicou o juiz.

"Vou seguir o curso normal da ação", Fagundes disse também que desconhece qualquer questionamento pela via judicial a respeito do índice apresentado, de 144,06%. "Julguei que o índice era confiável, e como se tratava de uma liminar, autorizei-a", explicou ele. A expectativa de rapidez prevista para o julgamento pelo presidente do Sinepe, Jaime Zveiter, será frustrada. O juiz Fagundes não pretende alterar o ritmo de tramitação da ação.

A liminar

SEBASTIAO FAGUNDES DE DEUS. N.º V-441/89 (AÇÃO CIVIL PÚBLICA). Autor: MPF. Procurador: Dr. JOÃO BATISTA DE ALMEIDA. RE: UNIÃO FEDERAL. DESPACHO: Concedo a medida liminar, requerida pelo douto MPF, autor da presente ação, a fim de:

a) assegurar aos usuários dos serviços educacionais o pagamento das mensalidades escolares, com um reajuste não superior a 144,06%, (consoante doc. de fls. 138/140), no período de janeiro a julho de 1989, ressalvada a ulterior apresentação de índice oficial que comprove cabalmente percentual diverso deste;

b) ordenar que o percentual de reajuste dos meses subsequentes seja fixado pelos Conselhos de Educação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do DL n.º 532/69. E assim decido, porquanto, na espécie, concorrem ambos os requisitos legais autorizativos, a saber: "fumus boni iuris", que decorre de afirmativa verossímil de ilegalidade e usurpação de competência por parte da Portaria n.º 140, de 20-6-89, do Sr. Ministro de Estado de Fazenda, em face da regra do art. 1.º, do DL n.º 532, de 16-4-69, cujo preceito é no sentido de que a competência para a fixação das mensalidades escolares cabe, respectivamente, ao Conselho Federal de Educação, aos Conselhos Estaduais de Educação, e ao Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme for o caso; e "periculum in mora", consistente no perigo de dano efetivo a que estão sujeitos os alunos e/ou seus respectivos pais, em razão da elevação distorcida do preço das mensalidades das instituições de ensino, em desconformidade com os índices inflacionários apresentados. Corroborando, ainda, a configuração do "periculum in mora" as freqüentes e sucessivas manifestações conflituosas de protestos de estudantes, até com graves riscos de dano à incolumidade física, que vêm ocorrendo nas ruas de várias capitais de Estados-membros, em franca oposição aos reajustamentos verificados nos últimos meses. Oficie-se, conforme se requer. Cite-se. O Autor indicará os litisconsortes passivos necessários a serem citados. Em 02-09-89. (a) SEBASTIAO FAGUNDES DE DEUS.



Joaquim Roriz prometeu aos diretores de escolas empenho para que o impasse seja resolvido logo e fez um apelo para que as escolas reabram amanhã

rápido estudo das mensalidades cobradas pelas escolas particulares porque dos 109 estabelecimentos parados poucos estão praticando preços fora do limite.

Jaime Zveiter afirmou que é preciso fazer a análise individual de planilhas de custo porque as escolas de Brasília têm acordos trabalhistas firmados em separado com seus professores e funcionários, que acarretam contas diferentes. Zveiter vai prestar depoimento amanhã na Polícia Federal em processo aberto a pedido da Procuradoria Geral da República para apurar possível desobediência civil. Zveiter diz que apenas agiu como um presidente de sindicato que acata as decisões da assembleia.

Conselho não pune e quer diálogo

O plenário do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) decidiu ontem formar uma comissão composta por três conselheiros para reestabelecer o diálogo com o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino. O Conselho tenta encontrar uma solução para que sejam reiniciadas as aulas nos colégios da rede privada, que desde a última sexta-feira estão paralisados, após a prisão dos diretores do Minas Gerais, pela Polícia Federal, por cobrança indevida de mensalidades. A comissão — formada pelos conselheiros Ilesis Passarinho, Carlos Fernando Matias de Souza e Cléia Capanema — começou a trabalhar ontem mesmo e não tem prazo para concluir as negociações.

Ao justificar a atitude do Conselho, de não tomar uma medida mais drástica, optando pelo diálogo, o presidente do CEDF, Gildo Willadino, explicou que nesse caso os maiores prejudicados seriam os alunos, que poderiam ficar ainda mais tempo sem aulas, caso fosse decidida a cassação das autorizações de funcionamento das escolas, por exemplo. Ele entende que os colégios não têm interesse de prolongar por muito tempo a situação, já que terão de arcar com os custos para pagamento de horas extras aos professores, no caso da reposição das aulas perdidas.

Confusa

A reunião do Conselho foi bastante disputada, inclusive com a participação de pais do Colégio Minas Gerais e Inei, que mostraram suas preocupações quanto a uma solução para o impasse. Os conselheiros admitem que a legislação é realmente confusa, e apesar de reafirmarem que, atualmente, deve ser obedecida a liminar concedida pelo juiz da 3ª Vara da Justiça Federal, até que seja julgado o seu mérito. A conselheira Ilesis Passarinho mostrou que, desde 87, já foram baixados 16 atos diferentes para controle das mensalidades, confundindo tanto as escolas quanto os pais. Willadino argumentou que o grande problema da modificação da legislação é que ela é feita no decorrer do ano letivo, aumentando ainda mais a possibilidade de interpretações diferenciadas.

Segundo Willadino, o que não deixa margens para dúvidas é o in-

Professor nega reposição

A reposição das aulas não ministradas pelas escolas particulares, embora exigida pelo Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) e garantida pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), não é admitida pelo Sindicato dos Professores (Sinpro), a não ser mediante acordo dos funcionários com os colégios e com pagamento das horas extras que, extrapolarem o calendário escolar previsto.

Segundo o diretor do Sinpro, Ari Nogueira, a orientação do sindicato é para que os professores compareçam normalmente às escolas e assinem o ponto. "Como não é

uma greve dos professores e sim das escolas, a princípio, não vamos repor aulas. Mas os professores podem fazer acordos com as escolas", afirmou.

No CEDF a reposição das aulas não é nem discutida, pois é encarada como uma obrigação das escolas. Para o presidente do Conselho, Gildo Willadino, o ensino é aberto à iniciativa privada, que precisa cumprir as normas gerais da educação e, entre elas, a que prevê um mínimo de 180 dias letivos. Ele destacou, no entanto, que os pais não devem pagar nada a mais pela reposição.



Conselho de Educação preferiu não punir escolas particulares

dice de reajuste das mensalidades de janeiro a julho — 144,06% — que só pode ser modificado pelo juiz da 3ª Vara, Sebastião Fagundes. Mas as escolas que se sentirem prejudicadas podem pedir correção de defasagem, comprovando os seus custos reais. O prazo para análise do processo pelo CEDF é de 60 dias e, se o reajuste especial for concedido, não retroage.

Recurso

O Decreto n.º 95.921/88 e a Resolução n.º 3 do Conselho Federal de Educação (CFE) estabelecem

que as escolas de 1º e 2º graus poderão recorrer das decisões dos conselhos de Educação dos estados, territórios e do Distrito Federal junto ao CFE. Apesar do Conselho ainda não ter uma interpretação da liminar da 3ª Vara da Justiça Federal para as mensalidades das escolas primárias e secundárias, o órgão poderá receber os recursos dos estabelecimentos que discordarem das decisões do Conselho de Educação sobre a fixação dos percentuais de reajustes das mensalidades.

das, mas não tem prazo para votação em plenário.

Mobilização

Durante esta semana os dirigentes do Sinpro estarão trabalhando para mobilizar os professores em torno da assembleia marcada para sábado no estádio Mané Garrincha. Na assembleia do último domingo, quando foi definido o estado de greve, poucos professores compareceram. O objetivo é reunir o maior número possível na assembleia que vai discutir a possibilidade de paralisação. Hoje, os delegados sindicais estarão reunidos nas regionais de ensino do DF e amanhã está marcada uma reunião geral na sede do sindicato.

No programa de mobilização dos professores consta, ainda, o envio de uma carta aos pais e alunos explicando os pontos de discordância da categoria com o projeto de Plano de Carreira elaborado pela Fundação. Caso os 17 mil professores decidam entrar em greve, a partir da próxima semana, 380 mil alunos da rede oficial do DF ficarão sem aulas.



Fotos: Antonio Cunha

Diretores são indiciados

Os diretores do Colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu e Antônio César de Abreu, foram indiciados ontem pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) por cobrarem mensalidades com valores acima do estabelecido pelo Conselho de Educação do Distrito Federal e deverão responder por crime contra a economia popular e por descumprimento à ordem legal. O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), Jaime Zveiter, prestará o seu primeiro depoimento à Polícia Federal amanhã e poderá ser indiciado por incitamento público à prática de crime.

O inquérito aberto pelo DPF contra os diretores do Colégio Minas Gerais, a pedido da Procura-

ria Geral da República, foi concluído e encaminhado ontem à Coordenadoria Jurídica da Superintendência da Polícia Federal e será enviado ainda hoje à Justiça. Pela cobrança acima do valor das mensalidades estipuladas para setembro, os diretores poderão ser enquadrados no artigo 2º da Lei 1521, por crime contra a economia popular, com pena que varia de seis a dois anos de detenção, mais multa.

Inquérito

O inquérito contra os dois diretores foi aberto no dia 6 de outubro e, no último dia 11, eles foram presos e autuados em flagrante pelo Departamento de Polícia Federal, após a constatação do descumprimento dos valores das mensalidades fixadas pelo Conselho de Educação.

Resolução gera mais divergência

A competência do Conselho Federal de Educação (CFE) para fixar os percentuais de reajustes das mensalidades das instituições de nível superior, designada pela liminar da 3ª Vara da Justiça em despacho complementar, resultou na elaboração de uma resolução confusa e que poderá gerar novas divergências na sua interpretação pelos diretores de escolas. Como o despacho do juiz Sebastião Fagundes de Deus estabelece que o conselho fixe os reajustes a partir de julho de 1989, a Resolução n.º 3 do CFE, de 13 de outubro, define que esses valores não poderão ser superiores ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mês anterior, ao mesmo tempo em que define uma forma de cálculo dos valores, sem especificar a que mês é referente.

Ao contrário da liminar expedida para as escolas de 1º e 2º graus no dia 2 de setembro, quando o juiz limita em 144,06% os reajustes de janeiro e julho deste ano, o despacho que estende os efeitos da medida às escolas superiores, realizado dois dias depois, não fixou percentuais para esse período. O direito a pedir a compensação nas mensalidades futuras do que foi pago a mais até agosto de 89, porém, não foi estendido ao ensino superior pelo juiz por entender que a garantia não foi solicitada, como ocorreu com os pais de alunos de 1º e 2º graus.

Fórmula

Sem a fixação de limites percentuais para os sete primeiros meses do ano, a resolução do CFE define que os valores das mensalidades, sem mencionar de que mês, serão calculados com base em um índice obtido do repasse de 70% dos custos com reajustes salariais dos professores e funcionários de 1º de janeiro a 31 de julho e o repasse de 30% do IPC no mesmo período, resultando em um chamado Índice Final. O artigo seguinte da resolução define que "o valor das mensalidades, a partir dos meses subsequentes a julho de 89, poderá ser no máximo reajustado pelo IPC do mês antecedente".

Pais reagem contra Zeitver

"São acusações levianas". Assim o presidente da Comissão de Encargos Educacionais e membro do Conselho de Educação do DF, Júlio Gregório, reagiu às críticas desferidas a ele e ao seu trabalho, pelo presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), Jaime Zveiter, em entrevista ao JBr. Júlio preferiu não responder à acusação de que foi colocado no Conselho de Educação com o único objetivo de defender posições estatizantes. "Acho que toda pessoa que se disponha a ouvir os pais e não assinar embaixo do que as escolas particulares encaminham ao Conselho é acusado injustamente", resumiu Júlio.

O presidente da Associação de Pais de Alunos do DF (Apa/DF) e da Federação de Pais, (Fenapa) Luis Cassemiro, disse que seria loucura alguém dizer que é representante de uma entidade que não existe, conforme acusou Zveiter ao se referir às duas entidades. Na mesma entrevista publicada no domingo, Cassemiro lembrou que, há três meses, a Apa/DF e a Fenape funcionavam no edifício Rádio Center e que possui disquetes de computador com cadastro de mais de mil filiados à Associação, enquanto que a Federação congrega 16 entidades estaduais.

Na sua opinião, Zveiter está tentando desviar as atenções de um ato criminoso que o Sinepe está cometendo ao se solidarizar com uma pessoa que cometeu um crime (no caso o diretor do Minas Gerais, José Pio de Abreu). "Enquanto ele me acusa de não ter filhos em escola particular e de trabalhar no Senado — onde entrei por concurso público —, desvia a atenção dos pais que estão financiando esse movimento, já que pagam as mensalidades que sustentam o Sinepe", argumentou.

Jaime Zveiter acusou o Conselho de Educação de não apurar o que considera errado nos cálculos das escolas "por não existirem as irregularidades" e "porque não querem".



Aliton C. Freitas

Alunos promovem "SOS Educação"

Um grupo de alunos, integrante do movimento "SOS Educação", realizou ontem à tarde um pedágio em frente ao Colégio Dom Bosco (foto), recolhendo fundos para pagar a aparelhagem de som que será usada na concentração de amanhã, na Torre de TV, a partir das 9h30. Os estudantes, pertencentes tanto a escolas da rede pública como particular, querem chamar a atenção da comunidade para os problemas da educação de um modo geral. Segundo o grupo, que ontem foi

ao Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) acompanhar a decisão do órgão sobre a paralisação das escolas particulares, a manifestação, a princípio, deveria sair das quadras 916 Sul e Norte, convocando os alunos nas escolas. Mas com a paralisação acabou restrita à concentração na torre. Eles querem mostrar que a questão da educação não se restringe apenas aos problemas de cobrança indevida de mensalidades. Para eles, se a escola pública fosse de bom nível, automaticamente as particulares não teriam mensalidades tão altas, pois a concorrência seria maior.